

1 ATA DA 345ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNPCP
2 REALIZADA NOS DIAS 25 E 26 DE AGOSTO DE 2008.

3
4 Aos vinte e cinco e vinte e seis dias do mês de agosto do ano de dois mil e oito, os
5 membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária se reuniram na
6 sala de reuniões do edifício Sede no Ministério da Justiça, na cidade de
7 Brasília/DF. Compareceram: o Presidente, Sérgio Salomão Shecaira, e os
8 Conselheiros: Adeildo Nunes, Airton Aloísio Michels, Carlos Eduardo Adriano
9 Japiassú, Carlos Lélío Lauria Ferreira, Carlos Weis ,Cassio Castellarin, Christine
10 Kampmann Bittencourt, Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Eleonora de Souza Luna,
11 Fernando Braga Viggiano, Gisela Maria Bester, Herbert José Almeida Carneiro,
12 Luís Guilherme Martins Vieira, Rogério Gesta Leal e Valdirene Daufemback. A
13 reunião teve a presença, ainda, do Dr. Haroldo Caetano da Silva, Promotor de
14 Justiça do Estado de Goiás. Justificaram a falta: o Conselheiro Geder Luiz Rocha
15 Gomes e o Conselheiro Pierpaolo Cruz Bottini. Na abertura dos trabalhos, o
16 Presidente fez uso da palavra, desejando boas vindas a todos. Em seguida,
17 conduziu a posse do membro, o Conselheiro Herbert José Almeida. O presidente
18 do CNPCP - Dr. Sérgio Salomão Shecaira, informou sobre o lançamento do seu
19 livro “Sistema de Garantias e o Direito Penal Juvenil” que se realizará no dia 27 de
20 agosto de 2008, durante o seminário do IBCCRIM. O Presidente do CNPCP
21 informou que a Dra. Fernanda Otoni de Barros não iria participar da reunião, por
22 um problema em sua passagem aérea, fato que impediu a apresentação do PAI-
23 PJ. Na fase das comunicações, o Presidente do CNPCP passou a palavra para o
24 Conselheiro Carlos Eduardo Adriano Japiassú, que comunicou o lançamento do
25 livro “A Parte Geral do Direito Penal Internacional” do professor Kay Ambos, no
26 qual o Conselheiro trabalhou em sua tradução para o português, a segunda
27 comunicação foi a de que na próxima sexta-feira passada, houve uma pré-jornada
28 a respeito do monitoramento eletrônico onde estiveram presentes membros do
29 conselho, bem como do Conselheiro Japiassú e também dos conselheiros Carlos
30 Weis e Pierpaolo Cruz Bottini, havendo uma apresentação da proposta do
31 conselho no que se refere à divulgação do monitoramento eletrônico. O
32 Conselheiro Japiassú relatou que conversou com membros da Defensoria Pública
33 do Estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de se retomar a idéia da reunião do
34 CNPCCP no Estado do Rio de Janeiro, com previsão de data para primeira semana
35 de novembro do corrente. Com a palavra a conselheira Ela Wiecko Volkmer de

36 Castilho, informou que manteve contato com a Dra. Ana Paula Gonçalves,
37 ouvidora da Secretaria de Política para Mulheres, onde se reuniram por motivo do
38 relatório final do trabalho interministerial e de algumas ações que já foram
39 efetuadas, informou, a ela, que há uma comissão de gênero criada pelo CNPCP,
40 indagou aos membros da comissão se haveria a possibilidade de agendamento
41 uma reunião com a Dra. Ana Paula Gonçalves, para a exposição dessas questões.
42 Com a palavra o Presidente do CNPCP, solicitou que a conselheira Valdirene
43 Daufemback convidasse o especialista sobre amamentação. Com a palavra o
44 conselheiro Carlos Weis, informou que não houve a renovação do convênio entre
45 a Defensoria Pública e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), ressaltando que
46 antes o convênio se renovava anualmente. Entretanto neste ano a OAB
47 apresentou uma proposta de reajuste com base na inflação que calcula o INPC de
48 5,84%, reajuste orientado pela tabela na qual paga se calcula a remuneração dos
49 advogados. Com a palavra a conselheira Valdirene Daufemback informou que nos
50 dias 11 e 12/09/08 na cidade de Salvador, haverá o encontro da Região Nordeste
51 dos Conselhos da Comunidade. Com a palavra o conselheiro Herbert José
52 Carneiro, informou que recebeu um e-mail com a pauta do Conselho Nacional de
53 Justiça, com a informação de que foi discutida e aprovada uma minuta de
54 resolução especificamente sobre política institucional do poder judiciário na
55 execução das penas e medidas alternativas à prisão, informou que receberá
56 homenagem da Câmara Municipal de Belo Horizonte. Com a palavra o conselheiro
57 Adeildo Nunes, informou que o Estado de Pernambuco foi o segundo na
58 quantidade de Indultos concedidos no ano de 2006, só perdendo para o Estado de
59 São Paulo, informou ainda, que há 10 dias atrás iniciou no Estado de
60 Pernambuco, o monitoramento de presos, dos quais 5 (cinco) presos do regime
61 semi-aberto masculino, e 5 (cinco) presas do regime semi-aberto feminino. Com a
62 palavra a Conselheira Christine Kampmann Bittencourt, solicitou que mandasse os
63 relatórios de Indulto aos Secretários de Justiça Estaduais, bem como aos
64 Procuradores de Justiça. Com a palavra a conselheira Gisela Maria Bester,
65 informou que nos dias 30 de julho a 01 de agosto de 2008, juntamente com o
66 conselheiro Pierpaolo Cruz Bottini, o funcionário do Ministério da Justiça Kizio
67 Makicelio da Silva Sousa e a funcionária da Secretaria do CNPCP - Nathali
68 Vellasco, procederam visita de inspeção em estabelecimentos prisionais do Estado
69 de Roraima. O conselheiro Fernando Braga Viggiano fez uso da palavra,
70 informando que esteve em Urso Branco no Estado de Rondônia, ressaltando que

71 é necessária a participação do Conselho, com o objetivo de resolver a atual
72 situação em que se encontra a referida Unidade Prisional. Com a palavra o
73 Presidente do CNPCP, Dr. Sérgio Salomão Shecaira, informou que juntamente
74 com a conselheira Ela Wiecko Volkmer de Castilho visitou a Penitenciária feminina
75 de Brasília, constatando atendimento odontológico, fazendo também, referencia a
76 questão da segurança e disciplina da Unidade. Em seguida passou-se à
77 apresentação do Dr. Haroldo Caetano da Silva, promotor de justiça do Estado de
78 Goiás, onde relatou sobre o Programa de Atendimento Integral ao Louco Infrator
79 (PAILI). Com a palavra o conselheiro Herbert José, informou sobre a estrutura do
80 PAIPJ na cidade de Belo Horizonte/MG, tendo como referência as casas lares,
81 centros de convivência, que oferecem essa estrutura por parte do poder público, da
82 saúde publica estadual e municipal não havendo a necessidade do internamento.
83 O conselheiro Cássio Castellarin fez uso da palavra, informando sobre o
84 Congresso Brasileiro de Psiquiatria que se realizará nos dias 15 a 18 de outubro na
85 cidade de Brasília. Com a palavra o Presidente do CNPCP, solicitou que a
86 conselheira Eleonora de Souza Luna assumisse a presidência dos trabalhos,
87 diante da necessidade de ausentar-se da reunião tendo em vista compromissos
88 anteriormente agendados. Com a palavra o conselheiro Carlos Weis, solicitou a
89 todos os conselheiros que durante as viagens de inspeção, realizassem reuniões
90 com as Defensorias Públicas dos respectivos Estados e apresentassem críticas às
91 falhas do sistema, solicitou também que o Dr. Fernando Mendonça participe da
92 próxima reunião do conselho, a ser realizada na cidade de Brasília, nos dias 22 e
93 23/09/2008. Com a palavra o conselheiro Luis Guilherme Martins Vieira, informou
94 que no ano de 2007, o Tribunal Superior Eleitoral alterou a regulamentação para
95 permitir o voto do preso provisório quando da realização das últimas eleições, e
96 sugeriu aos Excelentíssimos conselheiros que avaliassem a possibilidade do
97 comparecimento dos mesmos como observadores nos próximos pleitos eleitorais,
98 especificamente em seus respectivos Estados. Com a palavra o conselheiro
99 Adeildo Nunes, informou que o Estado de Pernambuco é o segundo Estado que
100 implementou o voto de presos provisórios, tendo por volta de seis presídios com
101 seções eleitorais. Com a palavra a conselheira Christine Kampmann informou que
102 no Estado de Paraná, há quatro anos atrás todos os presos provisórios recolhidos
103 em cadeias públicas daquele Estado, realizam o voto. Com a palavra a conselheira
104 Eleonora Luna, iniciou a comparação entre o Documento sobre o Monitoramento
105 Eletrônico e o PLS nº 175/2007- Alterando o Decreto- Lei nº 2.848, de 7 de

106 dezembro de 1940- Código Penal, e a Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de
107 Execução Penal, para prever a utilização de equipamento de rastreamento
108 eletrônico pelo condenado nos casos em que específica. Com a palavra o
109 conselheiro Adeildo Nunes, argumentou sobre o conselho proibir o monitoramento
110 durante as saídas temporárias. Com a palavra o conselheiro Carlos Weis, falou no
111 sentido de que o monitoramento não seria utilizado para situação que não há
112 necessidade de qualquer fiscalização, a saída temporária se faz sem fiscalização,
113 sugerindo a retirada do artigo 120 do Código Penal. Novamente com a palavra o
114 conselheiro Adeildo Nunes, sugeriu uma mudança no inciso sexto quanto à
115 advertência de que este, na Lei de Execução penal é próprio para os casos de
116 faltas leves e médias, devendo legislar sobre faltas leves e médias somente os
117 Estados da Federação, sugerindo que se retire a expressão de *advertência por*
118 *escrito* e coloque *restrição de direito*. Com a palavra a conselheira Eleonora Luna,
119 sugeriu a supressão do inciso sexto. Dando continuidade, passou-se a votação da
120 supressão do inciso. Em seguida, procedeu-se à análise dos seguintes processos,
121 previamente distribuídos: **1)** Processo ASPAR/MJ nº 08001.007037/2008-26.
122 Assunto: PLS nº 164/2007, do Senador Aloizio Mercadante – Altera dispositivos da
123 Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984 – Lei de Execução Penal -, para introduzir a
124 remição da pena pelo estudo. Parecer da Conselheira Christine Kampmann
125 Bittencourt: pelo acolhimento parcial do referido PLS, com as alterações propostas,
126 tendo em vista a importância do assunto e os benefícios que trará ao preso e,
127 conseqüentemente, a toda a sociedade, pois um dos fatores fundamentais das
128 mudanças sociais está na educação, e cabe à lei dar este incentivo e garantia.
129 Aprovado, à unanimidade, com destaque do Conselheiro Luís Guilherme Martins
130 Vieira de que seja promovido o direito de discussão do projeto. **2)** Processo
131 CNPCP/MJ nº 08037.000239/2008-30. Assunto: Decreto nº 20.382, de 12 de
132 março de 2008 – Dispõe sobre a classificação e disponibilidade de vagas nos
133 estabelecimentos penais integrantes do Sistema Penitenciário do Estado do Rio
134 Grande do Norte e dá outras providências. Parecer da Conselheira Christine
135 Kampmann Bittencourt: opina para que seja oficiado ao Departamento
136 Penitenciário Nacional para informar sobre a construção da Penitenciária Estadual
137 de Alcaçuz e a capacidade prisional determinada a época da autorização da
138 respectiva obra, bem como das demais unidades indicadas e que tenham sido
139 utilizados recursos do Governo Federal. Aprovado, à unanimidade. **3)** Processo
140 DEPEN/MJ nº 08016.004512/2008-43. Assunto: Inspeção no Presídio Hélio

141 Gomes/RJ. Parecer da Conselheira Christine Kampmann Bittencourt: opina para
142 que seja oficiado ao Departamento Penitenciário Nacional para informar sobre a
143 construção do Presídio Hélio Gomes no Estado do Rio de Janeiro. Aprovado, à
144 unanimidade. 4) Processo CNPCP/MJ nº 08037.000121/2008-10. Assunto:
145 Relatório de vistoria pertinente à carceragem da POLINTER BASE-GRAJAÚ/RJ.
146 Parecer da Conselheira Christine Kampmann Bittencourt:: pelo encaminhamento
147 de ofício ao Juiz da Vara de Execuções Penais do Rio de Janeiro, ao Coordenador
148 do Núcleo de Execução Penal do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e
149 ao Coordenador do Núcleo do Sistema Penitenciário da Defensoria Pública do
150 Estado do Rio de Janeiro para informarem ao CNPCP sobre o cumprimento das
151 recomendações efetuadas pela Defensoria Pública na carceragem da POLINTER –
152 Grajaú, após a visita e fiscalização realizada no dia 08 de maio de 2008. Aprovado,
153 à unanimidade. 5) Processo nº 08016.003751/2008-86. Assunto: Sistema
154 Penitenciário Brasileiro – Versão Preliminar. Parecer da Conselheira Christine
155 Kampmann Bittencourt: opina para que o presente material fique à disposição do
156 CNPCP para consulta e, se assim entender, pronunciamento e apresentação de
157 sugestões as quais poderão ser encaminhadas ao Departamento Penitenciário
158 Nacional. Aprovado, à unanimidade. 6) Processo ASPAR/MJ nº
159 08001.005876/2008-18. Assunto: PLS nº 119/2007, do Senador Pedro Simon –
160 Altera a redação de Título e artigos, e revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689,
161 de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal. Parecer do Conselheiro
162 Fernando Braga Viggiano: manifesta-se favoravelmente ao parecer da lavra do
163 Conselheiro Herbert José Almeida Carneiro, no sentido de que seja acolhida a
164 proposta de alteração legislativa. Aprovado, à unanimidade. 7) Processo
165 ASPAR/MJ nº 08001.007978/2008-60. Assunto: PLS nº 270/2008, do Senador
166 Gerson Camata – Altera a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, para prever novo
167 critério de delimitação dos crimes passíveis de interceptação telefônica, além de
168 prever o recurso de ofício da decisão judicial que autoriza a realização do referido
169 procedimento. Parecer do Conselheiro Rogério Gesta Leal: opina no sentido de
170 levar o seu debate junto aos grupos de trabalho que estão sendo formatados no
171 próprio Ministério da Justiça, constituído de diversas representações institucionais
172 que operam no sistema de justiça nacional, tendo o CNPCP assento institucional
173 assegurado, ampliando o leque de reflexões à deliberação. Aprovado, à
174 unanimidade. 8) Processo DEPEN/MJ nº 08016.003663/2008-84. Assunto:
175 Necessidade da constituição de um Plano Político-Pedagógico para a Escola

176 Penitenciária Nacional, bem como definir questões atinentes à construção de uma
177 sede para a Escola. Parecer do Conselheiro Rogério Gesta Leal: no sentido de que
178 seja constituído o Comitê Gestor da ESPEN, respeitada a composição normativa
179 estabelecida, o que nada impede que seja a mesma ampliada para os fins de se
180 estabelecer os Planos de Ação Formativa do Sistema Carcerário e seus agentes.
181 Aprovado, à unanimidade. Após a análise dos processos, com a ausência do
182 Presidente do CNPCP, a Conselheira Eleonora de Souza Luna, retomou os
183 trabalhos. Com a palavra, a Conselheira Valdirene Daufemback, relatou a visita de
184 inspeção à Penitenciária de Urso Branco no Estado de Rondônia, a qual fez
185 juntamente com o Conselheiro Rogério Gesta Leal. Nada mais existindo a ser
186 tratado, a Conselheira Eleonora de Souza Luna, encerrou os trabalhos,
187 agradecendo a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata, redigida
188 por mim, Jussara Isaac Ribeiro.

189

190

SÉRGIO SALOMÃO SHECAIRA

191

Presidente do Conselho

192

193

PUBLICADA NO DOU DE 29 DE OUTUBRO DE 2008 – SEÇÃO 1 – P.335.

194